



**MINUTA DE EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024**  
**PROCESSO Nº 010/2024**

**Abertura dia 16 de abril de 2024 às 08h30min**

O município de Fernão, por intermédio do Senhor José Valentim Fodra, Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará licitação, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA REFORMA DO CENTRO EDUCACIONAL UM NOVO AMANHÃ, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DADOS DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:**

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/03/2024 às 08h00min.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/04/2024 às 08h00min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/04/2024 às 08h30min

ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA: 16/04/2024 às 08h30min

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL REGIME DE EXECUÇÃO:  
REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

LOCAL DA SESSÃO  
PÚBLICA: <http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/> (Portal de Compras)

COMISSAO DE CONTRATAÇÃO: Micheli Pin dos Santos Vicencette

Larissa Silva Martins Santos

Letícia Vitória Fonseca Pastre

## **1 - DO OBJETO**

1.1.A presente **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** visa à **Contratação de empresa, por empreitada por preço global, para a reforma do Centro Educacional Um Novo Amanhã**, conforme descrição contida nos ANEXOS e Memorial Descritivo que integram o presente edital, de acordo com o Convênio celebrado pelo Município com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais.

1.2. O valor estimado da presente licitação é de R\$ 591.390,82 (quinhentos e noventa e um mil trezentos e noventa reais e oitenta e dois centavos).

## **2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

0147 4.4.90.51 12.365.0007.0012 – 1 Obras e Instalações;



0347 4.4.90.51 12.365.0007.0012 – 5 Obras e Instalações;

### 3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 – Poderão participar do certame todos os interessados cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste edital e na legislação aplicável, correndo por sua conta todos os custos com elaboração e apresentação da proposta.

3.2. Somente será admitida a participação neste certame, de pessoas jurídicas, que comprovem com documentos de registros e autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

3.3. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Fernão, no sítio <http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/comprasedita/>.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a esta concorrência pública.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusivamente e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado, conferir com exatidão os seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior, poderá ensejar a desclassificação no momento da habilitação.

#### 3.7. DO ENQUADRAMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

3.7.1 - **Do enquadramento das microempresas e empresas de pequeno porte:**

3.7.2 - Para obter os benefícios previstos da Lei Complementar n.º 123/06, as empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte deverão requerer o benefício por expresse.

3.7.3 - Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei n.º 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

3.7.4. - Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de



admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do §4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da Lei n.º 8.666/93.

3.7.5. - No presente certame licitatório será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.6. - Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

3.7.7. - Para efeito do disposto nos itens 3.7.5. e 3.7.6., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.7.8. - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

3.7.9. - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 3.7.10. serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 2.2.5., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.7.11 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 2.2.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.7.12. - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 2.2.4. e 2.2.5., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.7.13. - O disposto no item 3.7.7. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.7.14. - Quanto a comprovação da regularidade fiscal, pela microempresas e empresas de pequeno porte, seguir-se-á o disposto no artigo 43 e §§ da Lei Complementar nº. 123/2006, que possui a seguinte redação:

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 § 5º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7.15 - Não será admitida nesta licitação a participação de:

3.7.16 - empresas que não atenderem as condições deste Edital.





- 3.7.17 – Empresas impedidas de Licitar ou contratar com o município de Fernão.
- 3.7.18 – Empresas declaradas inidôneas por qualquer órgão público.
- 3.7.19 – Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias, empresas suspensas.
- 3.7.20 – Empresas com falência decretada ou concordatária.
- 3.8. Não será permitida a participação na presente licitação de empresas que se encontrem em uma ou mais das seguintes situações :
- a) Estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso com a Prefeitura Municipal de Fernão ou que estejam direta ou indiretamente nas condições previstas no artigo 14 da Lei Federal n 14.133/2021;
  - b) Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - c) Que tenham sido proibidas de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
  - d) Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
  - e) Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
  - f) Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.
  - g) consórcios, apresentados na forma de consórcios, agrupamentos, associações ou parcerias
  - h) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - i) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - j) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - l) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles





seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

m) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

n) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

o) agente público do órgão ou entidade licitante;

p) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

q) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



- 4.1. Na presente licitação, será realizada a fase de apresentação de propostas e lances, para posteriormente ocorrer a fase de habilitação e posteriormente o julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Para a fase de habilitação, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 0 deste Edital.
- 4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43 § 1º da Lei Complementar 123 de 2006.
- 4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta do licitante convocado para apresentação de proposta atualizada, após a fase de envio de lances.
- 4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.8.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.8.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2. Valor unitário e total do item;

f



- 5.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.3.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.10. O prazo de **validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

f





## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. É vedada sob pena de desclassificação a empresa ou licitante que faça sua identificação, sob pena de desclassificação;
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de no mínimo R\$10,00 (dez reais)**.
- 6.10. O licitante poderá, solicitar ao Agente de Contratação/ Equipe de apoio, a exclusão de seu ultimo lance desde que justificado o motivo pelo qual ocorreu o erro ou na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado para o certame, ou seja, modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.16.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.16.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.16.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.16.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.16.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.16.2.2. empresas brasileiras;
- 6.16.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.16.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para



a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.18.3. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação e habilitação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.

6.18.4. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou através do e-mail [compras@fernao.sp.gov.br](mailto:compras@fernao.sp.gov.br), antes de findo o prazo.

6.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, e ainda a observâncias às exigências editalícias.

## 8. HABILITAÇÃO

Os documentos previstos neste edital são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, sendo exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1. Para comprovação da Habilitação Jurídica, a proponente, conforme sua situação deverá apresentar o seguinte:

8.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.3. Ato, constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;





8.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

## 8.2. REGULARIDADE FISCAL

8.2.1. Para comprovação da Regularidade Fiscal, a proponente conforme sua situação deverá apresentar o seguinte:

8.2.2. Prova de Inscrição no C.N.P.J. – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Ministério da Fazenda)

8.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.4. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame ou outra prova equivalente, na forma da lei;

8.2.5. Certidões de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.6. Prova de regularidade junto a Fazenda Federal, consistente na apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, Regularidade Previdenciária “INSS”;

8.2.7. Certidão de regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.3.1. Para comprovação da Qualificação Técnica, deverá apresentar o seguinte:

8.3.1.1.: Apresentar no mínimo 01 (um) **atestado de capacidade técnica profissional**, através de Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente registrado na entidade profissional competente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução por parte do profissional responsável pela obra de obra similar, em quantitativo de, no mínimo, 50% da execução pretendida, bem como a complexidade tecnológica e operacional EQUIVALENTE OU SUPERIOR do serviço a ser executado, sendo considerado os itens de maior relevância como:

Descrição	Quantidade	Unidade	% do objeto
Revestimento vinílico, espessura de 2 mm, para tráfego médio, com impermeabilizante acrílico	180	M²	5,97
Tinta látex em massa, inclusive preparo	3.151,11	M²	20,76
Gradil em aço galvanizado eletrofundido, malha 65 x 132 mm e pintura eletrostática	84	M²	7,94

8.3.2. Apresentar **declaração de capacidade técnica operacional** do responsável pela empresa (modelo anexo). Desta forma, não fere o disposto nas Súmulas 24 e 30 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a seguir transcritas:



**“SÚMULA Nº 24** - Em procedimento licitatório é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado”.

**“SÚMULA Nº 30** - Em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica, poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, ficando vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens”.

8.3.3 Certidão de Registro da empresa no CREA, com validade na data de apresentação da proposta/documentação.

8.3.4. Certidão de Registro do profissional responsável no CREA, com validade na data de apresentação da proposta/documentação.

8.3.5. Comprovação do vínculo do engenheiro responsável com a licitante, podendo ser comprovada através do contrato social da empresa, ou por contrato de prestação de serviços por período superior ao exigido pela obra.

8.3.6. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de solicitação enviada para os e-mails [engenharia@fernao.sp.gov.br](mailto:engenharia@fernao.sp.gov.br), [compras@fernao.sp.gov.br](mailto:compras@fernao.sp.gov.br) e [prefeitura@fernao.sp.gov.br](mailto:prefeitura@fernao.sp.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.3.8. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **8.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.4.1. Para comprovação da qualificação Econômico-Financeira, a proponente, conforme a sua situação deverá apresentar o solicitado a seguir:

8.4.2. O Balanço Patrimonial do último exercício social, (ou Balanço de Abertura, caso a empresa esteja constituída há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso), apresentado na forma da lei (com os Termos de Abertura e de Encerramento e devidamente registrado pelo órgão competente), que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, contendo a demonstração contábil do exercício. Deverá ser apresentado juntamente com o balanço, memória de cálculo, em documento próprio, comprovando a boa situação financeira da empresa, tendo como base o Índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com resultados iguais ou superiores a 1 (um), aplicadas as seguintes fórmulas:

### **I - Liquidez Geral – LG**

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$  – maior ou igual a 1 (um)



## **II - Liquidez Corrente – LC**

$LC = (AC/PC)$  – maior ou igual a 1 (um)

## **III - Índice de Endividamento – EN**

$EN = (PC+ELP)/AT$  = igual ou inferior a 0,5 (zero virgula 5).

onde:

**AT = Ativo Total**

**AC = Ativo Circulante**

**PC = Passivo Circulante**

**RLP = Realizável a longo Prazo**

**ELP = Exigível a Longo Prazo**

8.4.3. Os índices LG, LC e EN deverão ser calculados pelas licitantes e apresentados conforme modelo em anexo a este edital licitatório.

a) A exigência dos índices econômicos se faz necessário para que possamos contratar empresas que possuem uma liquidez corrente e geral mínima de 1, pois é notório que várias empresas atravessam problemas financeiros, ou seja, são insolventes, desta forma busca garantir por parte da empresa, a liquidez para a realização das despesas necessárias para a execução da obra

b) Outro índice exigido é o de endividamento, de no mínimo de 0,5, que demonstra que a empresa possuiu pelo menos um ativo que suporte 50% do seu passivo circulante e exigível a longo prazo.

8.4.5. Quando se tratar de sociedades por ações, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis ora exigidos deverão estar devidamente publicados na imprensa oficial.

8.4.6. Comprovação do Capital Social mínimo, devidamente integralizado, ou valor de patrimônio líquido, devidamente comprovado, igual ou maior que 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

## **8.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

8.5.1. Declaração de concordância com os termos e condições do Edital;

8.5.2. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo anexo, intitulado Declaração de Habilitação.

8.5.3. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo;

8.5.4. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, que se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.5.5. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, assegurando que a empresa atende as exigências da Portaria CAT nº 162/2008 de 29/12/2008, modelo em anexo.

*f*





- 8.5.6. Declaração de que a licitante cumprirá as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus funcionários;
- 8.5.7. Declaração da licitante indicando Engenheiro responsável para os serviços licitados;
- 8.5.8. Declaração individual subscrita pelo Engenheiro responsável indicado, autorizando/concordando com sua indicação;
- 8.5.9. - Declaração de que a empresa se responsabiliza pela autenticidade e procedência dos produtos a serem utilizados na obra (emitida pela própria licitante, assinada pelo representante legal ou seu procurador, desde que a procuração seja lavrada em estrita conformidade com o item 6.2 deste edital);
- 8.5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 8.5.1. a 8.5.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 8.5.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.5.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.5.13. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 8.5.14. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, o proponente deverá regularizar a documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento do julgamento da habilitação, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.5.15. - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 8.5.16. O Agente de contratação/ Comissão de Contratação, poderá diligenciar sobre atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, bem como solicitar documentos que julgar necessários para a comprovação da habilitação do licitante vencedor.
- 8.5.17. Os documentos exigidos para habilitação que por inconsistência do portal de compras do município, poderão ser solicitados, em formato digital, durante a sessão, devendo o mesmo ser atendido e enviado através do chat, desde que seja sanável para requisito de habilitação.



8.5.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.5.19. A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.5.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.5.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.5.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **8.6. Deverá ser apresentada SOMENTE pela licitante vencedora, no ato da assinatura do Contrato:**

8.6.1. Apresentação de “**CAUÇÃO, SEGURO-GARANTIA ou FIANÇA BANCÁRIA**” correspondente a 5% (cinco por cento), do valor contratado da obra, devidamente protocolado/atestado na PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO. (Somente pela empresa vencedora no ato da assinatura do contrato).

8.6.2. O certificado emitido através módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral”, do responsável/representante legal da Contratada.

8.6.3. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, informando: conta bancária, em nome da empresa, onde a Prefeitura efetuará os pagamentos por meio de depósito mediante cheque nominativo e/ou ordem bancária – Transferência Eletrônica de Disponibilidade (TED); telefone, fax e e-mail, para fins de comunicação; se responsabilizando por informar quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social. Modelo em anexo;

8.6.4. A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente a execução da obra;

8.6.5. A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) vinculada a A.R.T. principal de execução das obras e serviços referente à segurança do trabalho;

8.6.6. Comprovação de Cadastro de Obra de Construção Civil (CNO), conforme previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2061, de 20 de dezembro de 2021;

8.6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.



8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. contiver vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8.6. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas atualizadas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;





8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [http:// www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/](http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/).

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.2.9. fraudar a licitação

10.2. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.2.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.2.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



10.2.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.3.1. advertência;

10.3.1. multa;

10.3.2. impedimento de licitar e contratar; e

10.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5. A multa será recolhida em percentual de 15 % incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 0, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.5.2. Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

10.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





10.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes e-mail: [compras@fernao.sp.gov.br](mailto:compras@fernao.sp.gov.br) e [prefeitura@fernao.sp.gov.br](mailto:prefeitura@fernao.sp.gov.br), ou ainda presencialmente no setor de protocolos do Paço Municipal, sito a rua José Bonifácio nº. 106, centro, Fernão, Estado de São Paulo das 8h00min as 11h30 min e das 13h00min as 16h30min.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. Os licitantes assumem e concordam com o Decreto Municipal nº. 1512/2023 de 06 de novembro de 2023, que dispõe sobre a retenção de imposto de renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública municipal direta, em conformidade com a Lei Federal nº. 9.430 de 27 de dezembro de 1996, artigo 64, Instrução Normativa da receita Federal do Brasil nº1.234 de 2012 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 2145 de 26 de Junho de 2023.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na íntegra, no endereço eletrônico [www.fernao.sp.gov.br](http://www.fernao.sp.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua José Bonifácio nº. 106, CEP: 17.460-013, Centro, Fernão/SP, nos dias úteis, no horário das 08h00min as 11h30min e das 13h00min





as 16h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 ANEXO I – Memorial Descritivo.

12.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

12.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

12.12.3. ANEXO III - Planilha Orçamentária.

12.12.4. ANEXO IV – Cronograma Físico e Financeiro.

12.12.5. ANEXO V - Modelo para Comprovação da Boa Situação Econômica.

12.12.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de Conhecimento e Peculiaridades da Obra.

12.12.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de Capacidade Técnica Operacional.

12.12.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Concordância com os Termos e Condições do Edital.

12.12.9. ANEXO IX – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

12.12.10. ANEXO X – Modelo de Declaração do Ministério do Trabalho, em atendimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da C.F.

12.12.11. ANEXO XI - Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

12.12.12. ANEXO XII – Modelo de Declaração de Atendimento à Portaria CAT Nº. 162/2008 de 29 de dezembro de 2008.

12.12.13. ANEXO XIII - Modelo de Declaração de Situação Regular de cumprimento das normas relativas à saúde, higiene e segurança do trabalho dos empregados.

12.12.14. ANEXO XIV – Modelo de Declaração da Licitante Indicando o Engenheiro Responsável Para Os Serviços Licitados.

12.12.15. ANEXO XV – Modelo de Declaração Individual subscrita pelo Engenheiro Responsável Indicado Pela Empresa, Autorizando / Concordando Com a Indicação.

12.12.16. ANEXO XVI – Modelo de Declaração de assunção de Responsabilidade pela Autenticidade e Procedência dos Produtos Aplicados nos Serviços.

12.12.17. ANEXO XIV – Modelo de Declaração de Conta Bancária.

Fernão, 25 de março de 2024.

  
**José Valentim Fodra**  
Prefeito Municipal





## ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO



### MEMORIAL DESCRITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO - SP.

REFORMA DA CRÉCHE FDE

Endereço: Rua XV de Novembro, 271 - Centro, Fernão - SP

Referência: CPOS 191- SEM DESONERAÇÃO / SINAPI 08/2023

Referência: CPOB 131 SEM DESCONEXÃO / SINCRONIZADO

ítem	Código	Descrição dos serviços	Unid.	Quant.	Memorial Descritivo
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	02.08.040	Placa em lona com impressão digital e requadro em metalon		6,00	Placa de identificação da obra em metalon - 1,50 x 4,00 m
2	SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO - ÁREA INTERNA				
2.1	03.03.040	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto		22,70	Demolição de áreas com infiltração (banheiros,refeitório, entre outros).
2.2	32.17.030	Impermeabilização em argamassa polimérica para umidade e água de percolação	M2	22,70	Impermeabilização das áreas com infiltração ( banheiros,refeitório , entre outros).
2.3	17.02.020	Chapisco	M²	22,70	Chapisco e Reboco nas áreas demolidas (banheiros , refeitório. entre outros ).
2.4	17.02.220	Reboco	M²	22,70	
3	SERVIÇOS DE RAMPA E ESCADAS DE ACESSO EXTERNO				
3.1	03.01.020	Demolição manual de concreto simples	M³	2,62	Demolição da Rampa existente
3.2	14.02.040	Alvenaria de elevação de 1 tijolo maciço comum	M²	4,10	Alvenaria das laterais da Rampa Nova
3.3	17.02.020	Chapisco	M²	4,10	Chapisco e Reboco na Rampa Nova
3.4	17.02.220	Reboco	M²	4,10	
3.5	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M²	4,10	Emassamento na Rampa Nova e alvenaria para pintura
3.6	17.05.020	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck	M³	8,30	Contrapiso da Nova Rampa e calçadas na entrada do prédio (1,50 M)
3.7	14.01.060	Alvenaria de embasamento em bloco de concreto de 19 x 19 x 39 cm - classe A	M²	17,60	Alvenaria das escadas , 6 lances
3.8	99855	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO. AF 04/2019 PS	M	24,40	Corrimões central na escada e laterais na rampa



3.9	99839	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M DE ALTURA, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/2 ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 2 GRADIL FORMADO POR BARRAS CHATAS EM FERRO DE 32X4.8MM, FIXADO COM CHUMBADOR MECÂNICO. AF 04/2019 PS	M	8,80	Guarda-corpo nas laterais da escadas e rampa
3.10	33.06.020	Acrílico para quadras e pisos cimentados	M2	83,60	Pintura do piso da Nova Rampa e calçada
3.11	34.02.020	Plantio de grama batatais em placas (praças e áreas abertas)	M2	20,00	Plantio de grama 0,50 M nas laterais das calçadas
3.12	30.04.100	Piso tátil de concreto intertravado alerta / direcional, espessura de 6 cm, com rejunte em areia	M2	13,32	Piso tátil alerta/direcional nas entradas e saídas das escadas, rampas e calçada
4	<b>SERVIÇOS DE HIDRAÚLICA</b>				
4.1	47.04.020	Válvula de descarga com registro próprio, duplo acionamento limitador de fluxo, DN= 1 1/4"	UN	6,00	Substituição de 6 válvulas de descarga com registro próprio nos banheiros
4.2	44.03.360	Ducha higiênica cromada	UN	4,00	Substituição de 4 Duchas higiênicas nos banheiros
5	<b>SERVIÇOS DE PISO VINÍLICO</b>				
5.1	21.02.050	Revestimento vinílico, espessura de 2 mm, para tráfego médio, com impermeabilizante acrílico	M2	180,00	Remoção e Instalação de Novo Piso Vinílico em 6 salas de 30.00 m²
6	<b>SERVIÇOS DE MURETA E GRADIL</b>				
6.1	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M³	6,00	Escavação 40,00 x 0,30
6.2	12.01.061	Broca em concreto armado diâmetro de 30 cm - completa	M	20,00	20 Estacas de 1,00 M, para execução de mureta, contempla ferragem e concreto
6.3	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	112,58	Aço Ca-50 - 10,00 m e 6,3 mm para ferragem das Vigas Baldrame
6.4	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	M2	24,00	Forma reaproveitáveis para execução das Vigas Baldrame
6.5	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	3,00	Concreto 20 Mpa para Vigas Baldrame



6.6	14.01.060	Alvenaria de embasamento em bloco de concreto de 19 x 19 x 39 cm - classe A	M²	24,00	Alvenaria de embasamento 0,60 m das muretas para instalação das grades
6.7	17.02.020	Chapisco	M²	48,00	Chapisco e Reboco 0,60 m das muretas para instalação das grades
6.8	17.02.220	Reboco	M²	48,00	
6.9	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M²	48,00	Emassamento e Pintura com tinta acrílica nas muretas
6.10	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M²	48,00	
6.11	34.05.260	Gradil em aço galvanizado eletrofundido, 65 x 132 mm e pintura eletrostática	M²	84,00	Gradil com Pilares em aço galvanizado conforme projeto
7	<b>SERVIÇOS DE PORTAS E PORTÃO E GRELHAS</b>				
7.1	23.08.242	Porta lisa de correr suspensa em madeira com batente	M2	3,48	Substituição de 2 Portas de Madeira (Banheiros)
7.2	24.02.280	Porta/portão de correr em tela ondulada de aço galvanizado, sob medida	M2	8,00	Portão de Correr na entrada Lateral do Prédio
7.3	97.02.193	Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (200x200mm), com indicação de equipamentos de alarme, detecção e extinção de incêndio	UN	1,00	Placa Fotoluminescente (ENTRADA APENAS COM AUTORIZAÇÃO) no Portão Lateral da Entrada do Prédio
7.4	49.06.020	Grelha em ferro fundido para caixas e canaletas	M2	19,72	Substituição das Grelhas existente por grelhas de ferro fundido na entrada, laterais e fundo do prédio
8	<b>SERVIÇOS DE PINTURA</b>				
8.1	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M²	3255,12	Emassamento de todo o Prédio (Paredes internas, externas e teto)
8.2	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M²	104,01	Detalhes da Paredes internas em tinta acrílica conforme projetos do FDE
8.3	33.10.020	Tinta látex em massa, inclusive preparo	M²	3151,11	Pintura em tinta látex (nas paredes internas que não contemplarem detalhes, paredes externas e teto, conforme projetos do FDE)
9	<b>SERVIÇOS DE COBERTURA - FRONTAL</b>				
9.1	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M³	22,20	Escavação manual para estacas e Vigas Baldrame
9.2	12.01.061	Broca em concreto armado diâmetro de 30 cm - completa	M	16,00	10 Estacas de 1,00 M, para instalação dos Pilares da Cobertura, contempla ferragem e concreto
9.3	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	182,63	Aço Ca-50 - 10,00 m e 6,3 mm
9.4	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	M2	37,00	Forma reaproveitáveis para execução das Vigas Baldrame





9.5	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	6,66	Concreto 20 Mpa para Vigas Baldrame
9.6	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M2	74,00	Tramas de Aço ( Terça e Tesouras) para estrutura metálica na Cobertura da Entrada do Prédio
9.7	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	480,00	Pilares para sustentação da cobertura - 8 kg por M
9.8	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	98,00	Pintura dos Pilares e Tramas de Estrutura Metálica
9.9	16.03.010	Telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil ondulado de 6 mm	M2	74,00	Telhas de fibrocimento perfil ondulado para cobertura da entrada
9.10	16.33.022	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,33 m	M	68,00	Calhas, Rufos e Contra-rufos nas laterais da Cobertura da Entrada
9.11	14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	M2	88,80	Placa Cimentícia para Platibanda na Cobertura da Entrada
9.12	21.03.153	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 3 mm e acabamento em poliéster - uso interno	M2	24,00	Revestimento em ACM para nas Platibandas da Cobertura de Entrada
<b>10 SERVIÇOS DE COBERTURA - POSTERIOR/FUNDOS</b>					
10.1	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M³	16,80	Escavação manual para estacas e Vigas Baldrame
10.2	12.01.061	Broca em concreto armado diâmetro de 30 cm - completa	M	10,00	10 Estacas de 1,00 M , para instalação dos Pilares da Cobertura , contempla ferragem e concreto
10.3	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	138,20	Aço Ca-50 - 10,00 m e 6,3 mm para ferragem das Vigas Baldrame
10.4	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	M2	28,00	Forma reaproveitáveis para execução das Vigas Baldrame
10.5	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	5,04	Concreto 20 Mpa para Vigas Baldrame
10.6	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M2	160,00	Tramas de Aço ( Terça e Tesouras) para estrutura metálica na Cobertura dos Fundos do Prédio
10.7	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	240,00	Pilares para sustentação da cobertura - 8 kg por M



10.8	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	160,00	Pintura dos Pilares e Tramas de Estrutura Metálica
10.9	16.03.010	Telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil ondulado de 6 mm	M2	160,00	Telhas de fibrocimento perfil ondulado para cobertura dos fundos
10.10	16.33.022	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,33 m	M	56,00	Calhas, Rufos e Contra-rufos nas laterais da Cobertura dos fundos
10.11	14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	M2	67,20	Placa Cimentícia para Platibanda na Cobertura dos fundos
<b>11 SERVIÇOS DE COBERTURA - LATERAL/SOLAR</b>					
11.1	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M³	7,98	Escavação manual para estacas e Vigas Baldrame
11.2	12.01.061	Broca em concreto armado diâmetro de 30 cm - completa	M	6,00	6 Estacas de 1,00 M, para instalação dos Pilares da Cobertura, contempla ferragem e concreto
11.3	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	65,64	Aço Ca-50 - 10,00 m e 6,3 mm para ferragem das Vigas Baldrame
11.4	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	M2	13,30	Forma reaproveitáveis para execução das Vigas Baldrame
11.5	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	2,39	Concreto 20 Mpa para Vigas Baldrame
11.6	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M2	37,72	Tramas de Aço (Terça e Tesouras) para estrutura metálica na Cobertura das Laterais/solar do Prédio
11.7	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	144,00	Pilares para sustentação da cobertura - 8 kg por M
11.8	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	37,72	Pintura dos Pilares e Tramas de Estrutura Metálica
11.9	16.32.120	Cobertura plana em chapa de policarbonato alveolar de 10 mm	M2	37,72	Telhas de policarbonato para cobertura das laterais/solar
11.10	16.33.022	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,33 m	M	26,60	Calhas, Rufos e Contra-rufos nas laterais da Cobertura das laterais/solar
11.11	14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	M2	31,92	Placa Cimentícia para Platibanda na Cobertura das laterais/solar
<b>12 SERVIÇOS DE COLCHÃO DE AREIA</b>					
12.1	14.10.121	Alvenaria de bloco de concreto de vedação de 19 x 19 x 39 cm - classe C	M2	9,85	Alvenaria de vedação para instalação do colchão de areia
12.2	17.02.020	Chapisco	M²	19,70	Chapisco e Reboco para instalação do



12.3	17.02.220	Reboco	M <sup>2</sup>	19,70	colchão de areia
12.4	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M <sup>2</sup>	19,70	Emassamento e Pintura acrílica da alvenaria de vedação do colchão de areia
12.5	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M <sup>2</sup>	19,70	
12.6	11.18.180	Colchão de areia	M <sup>3</sup>	13,45	Colchão de areia na área dos fundos
13	<b>SERVIÇOS DE LIMPEZA DE OBRA</b>				
13.1	55.01.020	Limpeza final de obra	M <sup>2</sup>	813,72	Limpeza final da obra em todo o prédio área interna e externa

FERNÃO, 07 DE NOVEMBRO DE 2023

REINALDO AP. SILVA FILHO

ENGENHEIRO CIVIL

CREA/SP 5069369000





**APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO**

Número da Requisição:242/2024

**2. SETOR REQUISITANTE/ÁREA TÉCNICA**

Área Requisitante/Área Técnica	Responsável
<i>Secretaria de Educação e Cultura</i>	<i>Angélica da Silva Rodrigues Mira</i>
<i>Setor de Engenharia</i>	<i>Leonardo Ruoso Vendramini</i>

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Em atendimento ao artigo 3.º, do Decreto Municipal nº1497/2023, o Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a *contratação de Empresa Técnica Especializada em construção civil para a reforma da Creche escola FDE, tendo como objetivo um melhor atendimento as crianças.*

Os pisos das salas precisam de substituição, as paredes precisam de pinturas, manutenção de vazamentos , construção de tanque de areia para as crianças, fechamento e cobertura em estrutura metálica, entre outros serviços de acordo com planilha orçamentária, que visam melhorar a creche em si e o atendimento.

**4. DO PLANEJAMENTO PRÉVIO**

A aquisição pretendida segue as bases e alinhamento com o planejamento estratégico da Administração Pública Municipal e encontra-se de acordo com as diretrizes da Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo de outros instrumentos de planejamento institucional.

Foi realizado projeto, planilha, memorial e cronograma de obra.

**5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para a adequada solução das necessidades administrativas pontuadas preliminarmente, a contratação/aquisição pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:



- Padrões mínimos de qualidade: todos os materiais usados serão de ótima qualidade para maior durabilidade da obra;

- Prazo e Local da prestação dos serviços (plano de logística): O Serviço serão prestados no prédio do centro educacional Um Novo Amanhã, sito a Rua XV de Novembro, n.º 271, CEP: 17460-017, Centro, Fernão/SP.

- Atendimento a critérios de sustentabilidade: Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

- Expectativa de eficiência e resultados pretendidos: Trata-se de obra de engenharia, tendo como objeto da presente contratação se caracteriza como reforma predial, cuja atividade estabelecida, privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características de bem imóvel, de interesse para a Administração, que deverá ser norteadas e executadas de acordo com Projeto Básico.

Certificações: Certificações da Legislação Vigente.

- Garantias:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;



III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração.

## **6. QUANTIDADES ESTIMADAS DA CONTRATAÇÃO**

Para satisfazer integralmente as necessidades administrativas e atender o interesse público envolvido, as quantidades envolvidas na futura contratação foram auferidas a partir da seguinte metodologia:

Realização de projeto técnico elaborado pelo responsável engenheiro civil, Reinaldo AP. Silva Filho, CREA/SP 5069369000.

Dessa forma, levado em consideração a metodologia aplicada e a apuração a partir da base de cálculo indicada, a presente contratação deverá compreender os itens e respectivos quantitativos estimados mapeados na tabela, em anexo.

## **7. LEVANTAMENTO DE MERCADO**





Dentre as possíveis soluções no mercado, dada a natureza do objeto e sua destinação, a solução apresentada se mostra suficiente para atender satisfatoriamente a demanda, visto que a contratação destinam-se a compor:

- a prestação de serviços destina a reforma da Creche Escola FDE, orçada com base no referencial de preços CDHU;

## **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor total da contratação é de R\$ 591.390,82 (quinhentos e noventa e um mil trezentos e noventa reais e oitenta e dois centavos) e sua composição foi regularmente registrado na Planilha de Estimativa de Preço Médio constante em anexo, calculadas na forma do que determina o artigo 23 e seguintes da Lei 14.133/2021, com a respectiva composição de custo dos itens descritos, respeitados os quantitativos estimados, sendo elaborado a partir de Pesquisa de Preços Públicos e de Mercado, a qual integra o respectivo Termo de Referência (TR).

## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O presente estudo, como já informado, refere-se à contratação de empresa especializada em serviços de CONSTRUÇÃO CIVIL para atuar na reforma da Creche Escola FDE contemplando a solução como um todo, descrita em pormenores nos projetos, planilhas e memoriais anexos.

## **10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Entendemos que os serviços, objeto da contratação, bem como os insumos apresentados, são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, caso contrário, poderia implicar uma complexa e desnecessária demanda para os fiscais contratuais, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência e possível incompatibilidade na execução do objeto entre as diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes.

## **11. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Sem prejuízo dos elementos e requisitos indispensáveis da contratação da empresa que prestará o serviço de CONSTRUÇÃO CIVIL, pretende-se aumentar a eficiência



administrativa a partir da otimização dos recursos humanos do quadro funcional da Administração Pública, exigindo-se da empresa contratada o atendimento dos requisitos básicos de economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos financeiros e materiais da administração Pública.

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

A presente contratação requer por parte da administração pública o acompanhamento de profissional qualificado para analisar, julgar e receber os materiais solicitados, de forma a verificar que todas as especificações técnicas e exigências solicitadas foram cumpridas.

## **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

Diante do levantamento das necessidades da contratação acompanhada dos demais elementos que consolidam o presente estudo técnico preliminar, analisando a solução como um todo e o ciclo de vida do objeto, não se faz necessária demais contratações correlata/interdependentes para a viabilidade da contratação pretendida.

## **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Com o objetivo de atender a preceitos legais e constitucionais que exige do Poder Público, a partir de competência concorrente entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal a proteção, manutenção e preservação do meio ambiente, com o combate à poluição em qualquer de suas formas, a presente contratação deve manter critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações, sendo dever do contratado a atuação na execução e prestação de serviços públicos de acordo com boas práticas de sustentabilidade.

No entanto, apesar do dever intrínseco imposto aos fornecedores de serviços, bens e produtos à Administração Pública, a presente contratação não vislumbra possíveis impactos ambientais.

## **15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Após percorrer pelos elementos obrigatórios do Estudo Técnico Preliminar, atendendo o Decreto Municipal nº 1497/2023 que regulamenta o artigo 18 § 1º da Lei 14.133/2021, o setor requisitante, por meio de agente competente para a realização do planejamento das



contratações públicas na Secretaria de Educação e Cultura, consoante o inciso XIII, art. 8º do decreto municipal mencionado, assim com base neste Estudo Técnico Preliminar, assim se manifesta sobre a contratação em análise:

DECLARO que:

☒ (X) É VIÁVEL a presente contratação.

☐ ( ) NÃO É VIÁVEL a presente contratação, pelas seguintes razões:

*J*





**ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**‘TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL UM NOVO AMANHÃ, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO”:**

Por este presente instrumento particular, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO**, entidade de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº 01.612.848/0001-34, com sede na Rua José Bonifácio, nº 106, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Jose Valentim Fodra, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 7.962.857-6SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 706.640.998-15, residente e domiciliado na Rua Sete de setembro, nº. 226, bairro centro, na cidade de Fernão-SP, CEP: 17.460-013, doravante apenas simplesmente chamada de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, doravante apenas simplesmente chamada de **CONTRATADA**, celebram o presente, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório nº. 010/2024, Concorrência Eletrônica nº.002/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa, por empreitada por preço global, para a reforma do Centro de Educação Infantil Um Novo Amanhã, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, oriundo do Processo Licitatório nº 010/2024, Concorrência Eletrônica nº.002/2024, do qual fazem parte integrante do presente contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de execução dos serviços, objeto do presente contrato será de 04 (quatro) meses, contados a partir da emissão de Ordem de Serviço para a **CONTRATADA**.

2.2. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

*f*



2.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.5. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Memorial descritivo, referente ao Processo Licitatório nº. 010/2024.

### **CLÁUSULA QUARTA DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA DO VALOR**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA  
DO PAGAMENTO**

6.1. Os pagamentos serão efetuados periodicamente, de acordo com o cronograma de desembolso, mediante a apresentação da planilha de medição dos serviços executados e respectiva Nota fiscal, aprovado pelo Engenheiro desta Prefeitura.

6.2. A Contratante não efetuará pagamento através de cobrança bancária. Os pagamentos serão efetuados de acordo com o Edital da Concorrência Eletrônica nº. 002/2024.

6.3. Somente serão efetuados pagamentos após a comprovação da satisfação das obrigações previdenciárias e trabalhistas.

**CLÁUSULA SÉTIMA  
DO REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, observando-se a regra prevista no artigo 124 e incisos da Lei 14.133/21 e suas posteriores alterações, podendo, entretanto, ocorrer a suplementação de recursos financeiros ante a necessidade de atualização do valor originalmente previsto, e a recomposição de preços para manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se na CPOS 191- SEM DESONERAÇÃO / SINAPI 08/2023

**CLÁUSULA OITAVA  
OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;





- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.A. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.3. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.4. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços do objeto do contrato.
- 8.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.7. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - b) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 8.8. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.9. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



8.10. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

## **CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;



c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);





- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Edital, em plena validade.
- 9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços



executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.39. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.40 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do



Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.41. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.41.1 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.41.1.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.41.1.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.41.1.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.41.1.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.41.1.5. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.41.1.6. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na





Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.43. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.44. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.45. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.46. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.)

9.47. Quando da assinatura da Ordem de Serviço, a empresa vencedora deverá apresentar ainda a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida pelo CREA/SP, relativa as obras e serviços, objeto do contrato, decorrente da presente licitação.

9.48. A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) vinculada a A.R.T. principal de execução das obras e serviços referente à segurança do trabalho;

9.49. Comprovação de cadastro de obra de construção civil (CNO), conforme previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2061, de 20 de dezembro de 2021;

9.50. A contratada deverá enviar no ato da assinatura do contrato o certificado emitido através módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral", do responsável/representante legal da Contratada.



## CLÁUSULA DÉCIMA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade caução em dinheiro, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.2. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

10.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

10.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

10.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

10.5.1. Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.

10.5.2. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

10.6. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia.

10.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 0, observada a legislação que rege a matéria.

10.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, com correção monetária.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 90 (noventa.) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;





11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. O valor da multa será automaticamente descontado do pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

11.2.4.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

11.2.4.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



11.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

f



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

✓





**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA  
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, nas dotações abaixo discriminada:

0147 4.4.90.51 12.365.0007.0012 – 1 Obras e Instalações;

0347 4.4.90.51 12.365.0007.0012 - 5 Obras e Instalações;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA  
DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA  
DAS ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA  
DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

*f*

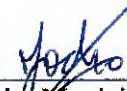


## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gália, Estado de São Paulo, para solução de qualquer litígio ou pendência oriunda deste contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

Fernão, \_\_\_\_.

  
\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Nome do representante  
Contratado

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_



**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**  
**(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DEORIGEM): \_\_\_\_\_/2024.

OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.





**LOCAL e DATA**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



## **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



## ANEXO LC-03 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernão.

CNPJ Nº: 01.612.848/0001-34.

CONTRATADA:

CNPJ nº.

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_/2024.

DATA DA ASSINATURA: \_\_\_\_\_.

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

*Em se tratando de obras/serviços de engenharia:*

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:


- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Fernão, \_\_\_\_\_.

RESPONSÁVEL: **José Valentim Fodra**

Cargo: Prefeito Municipal

e-mail: gabinete@fernao.sp.gov.br

Assinatura: 





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



## ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO - SP.

REFORMA DA CRECHE FDE

Endereço: Rua XV de Novembro ,271 - Centro , Fernão - SP

Referência: CPOS 191- SEM DESONERAÇÃO / SINAPI 08/2023

item	Código	Descrição dos serviços	Unid.	Quant.	Custo Unit.	Custo Total s/ BDI	Custo Total com BDI 24,78%	% Item
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	02.08.040	Placa em lona com impressão digital e requadro em metalon	M2	6,00	336,43	R\$ 2.018,58	R\$ 2.518,78	0,43%
SUBTOTAL						R\$ 2.018,58	R\$ 2.519,03	0,43%
2	SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO - ÁREA INTERNA							
2.1	03.03.040	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto		22,70	6,11	R\$ 138,70	R\$ 173,07	0,03%
2.2	32.17.030	Impermeabilização em argamassa polimérica para umidade e água de percolação	M²	22,70	14,05	R\$ 318,94	R\$ 397,97	0,07%
2.3	17.02.020	Chapisco	M²	22,70	6,95	R\$ 157,77	R\$ 196,87	0,03%
2.4	17.02.220	Reboco	M²	22,70	13,21	R\$ 299,87	R\$ 374,18	0,06%
SUBTOTAL						R\$ 915,28	R\$ 1.142,09	0,19%
3	SERVIÇOS DE RAMPA E ESCADAS DE ACESSO EXTERNO							



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



3.1	03.01.020	Demolição manual de concreto simples	M³	2,62	223,96	R\$ 586,78	R\$ 732,18	0,12%
3.2	14.02.040	Alvenaria de elevação de 1 tijolo maciço comum	M²	4,10	218,99	R\$ 897,86	R\$ 1.120,35	0,19%
3.3	17.02.020	Chapisco	M²	4,10	6,95	R\$ 28,50	R\$ 35,56	0,01%
3.4	17.02.220	Reboco	M²	4,10	13,21	R\$ 54,16	R\$ 67,58	0,01%
3.5	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M²	4,10	14,95	R\$ 61,30	R\$ 76,49	0,01%
3.6	17.05.020	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck	M³	8,30	863,83	R\$ 7.169,79	R\$ 8.946,46	1,51%
3.7	14.01.060	Alvenaria de embasamento em bloco de concreto de 19 x 19 x 39 cm - classe A	M²	17,60	122,86	R\$ 2.162,34	R\$ 2.698,17	0,46%
3.8	99855	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO. AF_04/2019_PS	M	24,40	R\$ 114,13	R\$ 2.784,77	R\$ 3.474,84	0,59%
3.9	99839	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M DE ALTURA, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/2 ESPACADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 2, GRADIL FORMADO POR BARRAS CHATAS EM FERRO DE 32X4,8MM, FIXADO COM CHUMBADOR MECÂNICO. AF_04/2019_PS	M	8,80	R\$ 529,00	R\$ 4.655,20	R\$ 5.808,76	0,98%
3.10	33.06.020	Acrílico para quadras e pisos cimentados	M²	83,60	25,87	R\$ 2.162,73	R\$ 2.698,65	0,46%
3.11	34.02.020	Plantio de grama batatais em placas (praças e áreas abertas)	M²	20,00	14,25	R\$ 285,00	R\$ 355,62	0,06%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



3.12	30.04.100	Piso tátil de concreto intertravado alerta / direcional, espessura de 6 cm, com rejunte em areia	M²	13,32	152,42	R\$ 2.030,23	R\$ 2.533,32	0,43%
SUBTOTAL						R\$ 20.848,43	R\$ 28.547,98	4,83%
4	SERVIÇOS DE HIDRÁULICA							
4.1	47.04.020	Válvula de descarga com registro próprio, duplo acionamento limitador de fluxo, DN= 1 1/4'	UN	6,00	437,93	R\$ 2.627,58	R\$ 3.278,69	0,55%
4.2	44.03.360	Ducha higiênica cromada	UN	4,00	631,74	R\$ 618,85	R\$ 772,20	0,13%
SUBTOTAL						R\$ 3.246,43	R\$ 4.050,89	0,68%
5	SERVIÇOS DE PISO VINÍLICO							
5.1	21.02.050	Revestimento vinílico, espessura de 2 mm, para tráfego médio, com impermeabilizante acrílico	M²	180,00	157,2	R\$ 28.296,00	R\$ 35.307,75	5,97%
SUBTOTAL						R\$ 28.296,00	R\$ 35.307,75	5,97%
6	SERVIÇOS DE MURETA E GRADIL							
6.1	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M³	6,00	50,9	R\$ 305,40	R\$ 381,08	0,06%
6.2	12.01.061	Broca em concreto amado diâmetro de 30 cm - completa	M	20,00	119,96	R\$ 2.399,20	R\$ 2.993,72	0,51%
6.3	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	112,58	11,19	R\$ 1.259,77	R\$ 1.571,94	0,27%
6.4	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	M²	24,00	99,52	R\$ 2.388,48	R\$ 2.980,35	0,50%





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



6.5	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M³	3,00	499,19	R\$ 1.497,57	R\$ 1.868,67	0,32%
6.6	14.01.060	Alvenaria de embasamento em bloco de concreto de 19 x 19 x 39 cm - classe A	M²	24,00	122,86	R\$ 2.948,64	R\$ 3.679,31	0,62%
6.7	17.02.020	Chapisco	M²	48,00	6,95	R\$ 333,60	R\$ 416,27	0,07%
6.8	17.02.220	Reboco	M²	48,00	13,21	R\$ 634,08	R\$ 791,21	0,13%
6.9	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M²	48,00	14,95	R\$ 717,60	R\$ 895,42	0,15%
6.10	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M²	48,00	32,49	R\$ 1.559,52	R\$ 1.945,97	0,33%
6.11	34.05.260	Gradil em aço galvanizado eletrofundido, malha 65 x 132 mm e pintura eletrostática	M²	84,00	448,01	R\$ 37.632,84	R\$ 46.958,26	7,94%
SUBTOTAL						R\$ 51.676,70	R\$ 64.482,20	10,90%
7	SERVIÇOS DE PORTAS E PORTÃO E GRELHAS							
7.1	23.08.242	Porta lisa de correr suspensa em madeira com batente	M²	3,48	522,62	R\$ 1.818,72	R\$ 2.269,40	0,38%
7.2	24.02.280	Porta/portão de correr em tela ondulada de aço galvanizado, sob medida	M²	8,00	713,8	R\$ 5.710,40	R\$ 7.125,44	1,20%
7.3	97.02.193	Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (200x200mm), com indicação de equipamentos de alarme, detecção e extinção de incêndio	UN	1,00	19,28	R\$ 19,28	R\$ 24,06	0,00%
7.4	49.06.020	Grelha em ferro fundido para caixas e canaletas	M²	19,72	1045,69	R\$ 20.621,01	R\$ 25.730,90	4,35%
SUBTOTAL						R\$ 28.169,41	R\$ 35.149,80	5,94%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



<b>8</b>	<b>SERVIÇOS DE PINTURA</b>							
8.1	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M²	3255,12	14,95	R\$ 48.664,04	R\$ 60.722,99	10,27%
8.2	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M²	104,01	32,49	R\$ 3.379,28	R\$ 4.216,67	0,71%
8.3	33.10.020	Tinta látex em massa, inclusive preparo	M²	3151,11	31,23	R\$ 98.409,17	R\$ 122.794,96	20,76%
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 150.452,49</b>	<b>R\$ 187.734,62</b>	<b>31,74%</b>
<b>9</b>	<b>SERVIÇOS DE COBERTURA - FRONTAL</b>							
9.1	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M³	22,20	50,9	R\$ 1.129,98	R\$ 1.409,99	0,24%
9.2	12.01.061	Broca em concreto armado diâmetro de 30 cm - completa	M	16,00	119,96	R\$ 1.919,36	R\$ 2.394,98	0,40%
9.3	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	182,63	11,19	R\$ 2.043,63	R\$ 2.550,04	0,43%
9.4	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	M²	37,00	99,52	R\$ 3.682,24	R\$ 4.594,70	0,78%
9.5	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M³	6,66	499,19	R\$ 3.324,61	R\$ 4.148,45	0,70%
9.6	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M²	74,00	R\$ 32,58	R\$ 2.410,92	R\$ 3.008,35	0,51%
9.7	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	480,00	23,82	R\$ 11.433,60	R\$ 14.266,85	2,41%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



9.8	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M²	98,00	47,56	R\$ 4.660,88	R\$ 5.815,85	0,98%
9.9	16.03.010	Telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil ondulado de 6 mm	M²	74,00	59,39	R\$ 4.394,86	R\$ 5.483,91	0,93%
9.10	16.33.022	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,33 m	M	68,00	109,15	R\$ 7.422,20	R\$ 9.261,42	1,57%
9.11	14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	M²	88,80	236,25	R\$ 20.979,00	R\$ 26.177,60	4,43%
9.12	21.03.153	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 3 mm e acabamento em poliéster - uso interno	M²	24,00	605,52	R\$ 14.532,48	R\$ 18.133,63	3,07%
SUBTOTAL						R\$ 77.933,76	R\$ 97.245,77	16,44%
10	SERVIÇOS DE COBERTURA - POSTERIOR/FUNDOS							
10.1	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M³	16,80	50,9	R\$ 855,12	R\$ 1.067,02	0,18%
10.2	12.01.061	Broca em concreto armado diâmetro de 30 cm - completa	M	10,00	119,96	R\$ 1.199,60	R\$ 1.496,86	0,25%
10.3	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	138,20	11,19	R\$ 1.546,46	R\$ 1.929,67	0,33%
10.4	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	M²	28,00	99,52	R\$ 2.786,56	R\$ 3.477,07	0,59%
10.5	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M³	5,04	499,19	R\$ 2.515,92	R\$ 3.139,36	0,53%





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



10.6	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M²	160,00	R\$ 32,58	R\$ 5.212,80	R\$ 6.504,53	1,10%
10.7	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	240,00	23,82	R\$ 5.716,80	R\$ 7.133,42	1,21%
10.8	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M²	160,00	47,56	R\$ 7.609,60	R\$ 9.495,26	1,61%
10.9	16.03.010	Telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil ondulado de 6 mm	M²	160,00	59,39	R\$ 9.502,40	R\$ 11.857,09	2,00%
10.10	16.33.022	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,33 m	M	56,00	109,15	R\$ 6.112,40	R\$ 7.627,05	1,29%
10.11	14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	M²	67,20	236,25	R\$ 15.876,00	R\$ 19.810,07	3,35%
SUBTOTAL						R\$ 58.933,66	R\$ 73.537,40	12,43%
11	SERVIÇOS DE COBERTURA - LATERAL/SOLAR							
11.1	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M³	7,98	50,9	R\$ 406,18	R\$ 506,83	0,09%
11.2	12.01.061	Broca em concreto armado diâmetro de 30 cm - completa	M	6,00	119,96	R\$ 719,76	R\$ 898,12	0,15%
11.3	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	65,64	11,19	R\$ 734,51	R\$ 916,52	0,15%
11.4	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	M²	13,30	99,52	R\$ 1.323,62	R\$ 1.651,61	0,28%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



11.5	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M³	2,39	499,19	R\$ 1.193,06	R\$ 1.488,70	0,25%
11.6	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M²	37,72	R\$ 32,58	R\$ 1.228,92	R\$ 1.533,45	0,26%
11.7	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	144,00	23,82	R\$ 3.430,08	R\$ 4.280,05	0,72%
11.8	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M²	37,72	47,56	R\$ 1.793,96	R\$ 2.238,50	0,38%
11.9	16.32.120	Cobertura plana em chapa de policarbonato alveolar de 10 mm	M²	37,72	306,63	R\$ 11.566,08	R\$ 14.432,15	2,44%
11.10	16.33.022	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,33 m	M	26,60	109,15	R\$ 2.903,39	R\$ 3.622,85	0,61%
11.11	14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	M²	31,92	236,25	R\$ 7.541,10	R\$ 9.409,78	1,59%
SUBTOTAL						R\$ 32.840,66	R\$ 40.978,56	6,93%
12	SERVIÇOS DE COLCHÃO DE AREIA							
12.1	14.10.121	Alvenaria de bloco de concreto de vedação de 19 x 19 x 39 cm - classe C	M²	9,85	103,45	R\$ 1.018,98	R\$ 1.271,48	0,21%
12.2	17.02.020	Chapisco	M²	19,70	6,95	R\$ 136,92	R\$ 170,85	0,03%
12.3	17.02.220	Reboco	M²	19,70	13,21	R\$ 260,24	R\$ 324,73	0,05%
12.4	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M²	19,70	14,95	R\$ 294,52	R\$ 367,50	0,06%
12.5	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M²	19,70	32,49	R\$ 640,05	R\$ 798,65	0,14%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



12.6	11.18.180	Colchão de areia	M³	13,45	196,19	R\$ 2.638,76	R\$ 3.292,64	0,56%
SUBTOTAL						R\$ 4.989,47	R\$ 6.225,85	1,05%
13	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE OBRA							
13.1	55.01.020	Limpeza final da obra	M²	813,72	14,25	R\$ 11.595,51	R\$ 14.468,88	2,45%
SUBTOTAL						R\$ 11.595,51	R\$ 14.468,88	2,45%
TOTAL GERAL						R\$ 591.390,82		100,00%

FERNÃO, 07 DE NOVEMBRO DE 2023

**REINALDO AP. SILVA FILHO**

ENGENHEIRO CIVIL

CREA/SP 5069369000





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



## ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO							
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO - SP.							
REFORMA DA CRECHE FDE							
Endereço: Rua XV de Novembro .271 - Centro , Fernão - SP							
Referência: CPOS 191- SEM DESONERAÇÃO / SINAPI 08/2023							
ITEM		ETAPA 01	ETAPA 02	ETAPA 03	ETAPA 04	TOTAL %	TOTAL R\$
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00%				100,00%	R\$ 2.518,78
2	SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO - ÁREA INTERNA	100,00%				100,00%	R\$ 1.142,09
3	SERVIÇOS DE RAMPA E ESCADAS DE ACESSO EXTERNO	50,00%	50,00%			100,00%	R\$ 28.547,98
4	SERVIÇOS DE HIDRAÚLICA	50,00%	50,00%			100,00%	R\$ 4.050,89
5	SERVIÇOS DE PISO VINÍLICO		50,00%	50,00%		100,00%	R\$ 35.307,75
6	SERVIÇOS DE MURETA E GRADIL		50,00%	50,00%		100,00%	R\$ 64.482,20
7	SERVIÇOS DE PORTA , PORTÃO E GRELHAS	50,00%	50,00%			100,00%	R\$ 35.149,80
8	SERVIÇOS DE PINTURA				100,00%	100,00%	R\$ 187.734,62
9	SERVIÇOS DE COBERTURA - FRONTAL			50,00%	50,00%	100,00%	R\$ 97.245,77
10	SERVIÇOS DE COBERTURA - POSTERIOR/FUNDOS			50,00%	50,00%	100,00%	R\$ 73.537,40
11	SERVIÇOS DE COBERTURA - LATERAL/SOLAR			50,00%	50,00%	100,00%	R\$ 40.978,56
12	SERVIÇOS DE COLCHÃO DE AREIA				100,00%	100,00%	R\$ 6.225,85
13	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE OBRA				100,00%	100,00%	R\$ 14.468,88
TOTAL (%)		6,35%	14,16%	26,34%	53,15%	100,00%	R\$ 591.390,57
TOTAL (R\$)		R\$ 37.535,21	R\$	R\$	R\$ 314.310,22	R\$ 591.390,57	R\$ 591.390,57



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO



	83.769,31	155.775,84			
TOTAL GERAL					R\$ 591.390,82

FERNÃO, 07 DE NOVEMBRO DE 2023

REINALDO AP. SILVA FILHO  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/SP 5069369000



## ANEXO V - MODELO PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO ECONÔMICA

CÁLCULO DOS QUOCIENTES DE ESTRUTURA DE LIQUIDEZ PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	
Empresa:	
<b>Liquidez Geral</b>  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$ <b><u>Maior ou igual a 1 (um)</u></b>	
<b>Liquidez Corrente</b>  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ <b><u>Maior ou igual a 1 (um)</u></b>	
<b>Índice de Endividamento</b>  $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$ <b><u>Igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco)</u></b>	

Obs:

1) Os dados do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, poderão ser atualizados por índices oficiais (IGP – DI/FGV – Índice Geral de Preços), quando encerrados há mais de 03 (três) meses da apresentação da proposta.

2) O critério de arredondamento na segunda casa decimal, deverá obedecer a norma NBR 5891/77 da ABNT.

Data, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do responsável  
(com carimbo de identificação)

Assinatura do Contador  
(com carimbo de identificação)



## ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E PECULIARIEDADES DA OBRA (Item 8.3.7)

A Prefeitura Municipal de Fernão/SP  
Referente ao Processo Licitatório nº. 010/2024, Concorrência Eletrônica nº. 002/2024.

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \*\*.\*\*\*.\*\*\*/\*\*\*\*-  
\*, neste ato, devidamente representada por \_\_\_\_\_ (nome do  
representante), e \_\_\_\_\_ (responsável técnico), declaram, para os devidos fins,  
não realizou visita técnica, pois tem o conhecimento do local onde será realizada a obra, se  
responsabilizando pela execução dos mesmos e pela fiel observância da execução do objeto de  
acordo com os projetos, memoriais e especificações técnicas, detalhes, catálogo de componentes e  
planilha orçamentária.

Fernão, \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Técnico

(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)

*J*





## ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

A Prefeitura Municipal de Fernão/SP

Referente ao Processo Licitatório nº. 010/2024, Concorrência Eletrônica nº. 002/2024.

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita  
no CNPJ sob nº \*\*.\*\*\*.\*\*\*/\*-\*, neste ato, devidamente representada por  
\_\_\_\_\_ (nome do representante), infra-assinado, portador do RG nº  
\*\*.\*\*\*-\*\*\* e CPF nº \*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*, **DECLARO**, que possui e utilizará para a obra  
\_\_\_\_\_ que os equipamentos e funcionários necessários para sua  
execução, estarão disponíveis com exclusividade aos serviços licitados, desde a data da assinatura  
do contrato

Fernão, \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)

*f*



**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS  
TERMOS E CONDIÇÕES DO EDITAL  
(Item 8.5.1.)**

A Prefeitura Municipal de Fernão/SP  
Referente ao Processo Licitatório nº. 010/2024, Concorrência Eletrônica nº. 002/2024.

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita  
no CNPJ sob nº **\*\*.\*\*\*.\*\*\*/\*-\***, neste ato, devidamente representada por  
\_\_\_\_\_ (nome do representante), infra-assinado, portador do RG nº  
**\*\*.\*\*\*-\*\*\*** e CPF nº **\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\***, **DECLARO**, que concordamos com os termos e condições  
do presente edital, não havendo qualquer dúvida ou questionamento. Aceitamos também, todas as  
condições estabelecidas nesse instrumento convocatório, declarando ainda que não possuímos  
impedimento para contratos com a Administração Pública.

Fernão, \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)



## ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO (Item 8.5.2.)

A Prefeitura Municipal de Fernão/SP  
Referente ao Processo Licitatório nº. 010/2024, Concorrência Eletrônica nº. 002/2024.

A empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ sob número \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), \_\_\_\_\_ (vínculo com a empresa, por exemplo, sócio-gerente. O signatário do documento deverá ter poderes de decisão, quer pelo fato de ter sido incumbido de desenvolver atividades de administração e gerência no contrato social ou estatuto da empresa, quer por procuração com firma reconhecida em Cartório, subscrita por pessoa detentora de tais poderes), portador do RG \_\_\_\_\_, cadastrado no CPF sob número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, DECLARA que não há fato superveniente impeditivo à sua habilitação para participação em Processos/procedimentos licitatórios junto a órgãos públicos, comprometendo-se a declará-lo(s) caso venha(m) a ocorrer.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante legal**

(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)



**ANEXO X - MINISTÉRIO DO TRABALHO, EM ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF.**

(Item 8.5.3)

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ sob número \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), \_\_\_\_\_ (vínculo com a empresa, por exemplo, sócio-gerente. O signatário do documento deverá ter poderes de decisão, quer pelo fato de ter sido incumbido de desenvolver atividades de administração e gerência no contrato social ou estatuto da empresa, quer por procuração com firma reconhecida em Cartório, subscrita por pessoa detentora de tais poderes), portador do RG \_\_\_\_\_, cadastrado no CPF sob número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, DECLARA que está em situação regular junto ao Ministério do Trabalho, nos moldes do inciso XXXIII do Artigo 7º da CF.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante legal**

(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)





**ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Item 8.5.4)

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_ com endereço à  
\_\_\_\_\_, na cidade \_\_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu  
Sócio Sr \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade  
R.G. n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, no uso  
de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que é \_\_\_\_\_ (microempresa) ou (empresa de pequeno porte), nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no Procedimento Licitatório nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Concorrência Eletrônica nº. 001/2024, realizado pela Prefeitura Municipal de Fernão/SP, bem como ser Pessoa jurídica

☐ optante

☐ não optante

pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, requerendo os benefícios de tratamento diferenciado previsto na referida norma legal, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da RF nº 1234/12.

Por ser verdade assina a presente.

Local, data \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)



**ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À  
PORTARIA CAT Nº. 162/2008 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Item 8.5.5)**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), portador do RG. \_\_\_\_\_, representante credenciado (ou legal) da empresa \_\_\_\_\_ (razão social da empresa), inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente com as exigências da Portaria CAT nº. 162/2008 de 29 de dezembro de 2008, e Portaria CAT nº. 173/2009 de 01 de setembro de 2009, transcrita abaixo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

“Art. 7º Deverão, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes que: (Redação dada ao artigo pela Portaria CAT-173/09, de 01/09/2009, DOE 02/09/2009).

.....

III - independentemente da atividade econômica exercida, a partir de 1º de dezembro de 2010, realizarem operações destinadas a:

- a) **Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;**
- b) ....”

Local, data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)**

*J*



**ANEXO XIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR  
JUNTO AO  
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE,  
HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO DOS EMPREGADOS.  
(Item 8.5.6)**

A empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNJP sob número \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), \_\_\_\_\_ (vínculo com a empresa, por exemplo, sócio-gerente. O signatário do documento deverá ter poderes de decisão, quer pelo fato de ter sido incumbido de desenvolver atividades de administração e gerência no contrato social ou estatuto da empresa, quer por procuração com firma reconhecida em Cartório, subscrita por pessoa detentora de tais poderes), portador do RG \_\_\_\_\_, cadastrado no CPF sob número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre todas as normas relativas à saúde, higiene e segurança do trabalho de seus empregados.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante legal**

γ



**ANEXO XIV – MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE  
INDICANDO O ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PARA OS SERVIÇOS  
LICITADOS  
(Item 8.5.7.)**

A Prefeitura Municipal de Fernão/SP

Referente ao Processo Licitatório nº. 010/2024, Concorrência Eletrônica nº. 002/2024.

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita  
no CNPJ sob nº \*\*.\*\*\*\*\*/\*\*\*\*-\*, neste ato, devidamente representada por  
\_\_\_\_\_ (nome do representante), infra-assinado, portador do RG nº  
\*\*.\*\*\*-\*\*\* e CPF nº \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, venho por meio deste indicar o profissional  
responsável pelo serviço licitado, o engenheiro \_\_\_\_\_, portador  
da cédula de identidade nº \*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, CPF nº \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, registro no CREA/\*\*  
\_\_\_\_\_, com escritório à Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,  
na cidade de \_\_\_\_\_.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante legal**

(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)





**ANEXO XV – MODELO DE DECLARAÇÃO INDIVIDUAL SUBSCRITA  
PELO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL INDICADO PELA EMPRESA,  
AUTORIZANDO / CONCORDANDO COM A INDICAÇÃO  
(Item 8.5.8)**

A Prefeitura Municipal de Fernão/SP

Referente ao Processo Licitatório nº. 010/2024, Concorrência Eletrônica nº. 002/2024.

Eu, \_\_\_\_\_, portador da cédula de  
identidade nº \*\*.\*\*\*.\*\*\*-\* e do CPF nº \*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, registro no CREA/\*\* nº  
\*\*\*\*\*, com endereço comercial à Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, venho por meio deste, autorizar a empresa  
\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \*\*.\*\*\*.\*\*\*/\*-\*, a indicar meu nome  
como responsável técnico dos serviços licitados.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante legal**

(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)



**ANEXO XVI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE  
RESPONSABILIDADE PELA AUTENTICIDADE E PROCEDÊNCIA DOS  
PRODUTOS APLICADOS NOS SERVIÇOS.**  
(Item 8.5.9)

A Prefeitura Municipal de Fernão/SP

Referente ao Processo Licitatório nº. 010/2024, Concorrência Eletrônica nº. 002/2024.

A empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ sob número \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), \_\_\_\_\_ (vínculo com a empresa, por exemplo, sócio-gerente. O signatário do documento deverá ter poderes de decisão, quer pelo fato de ter sido incumbido de desenvolver atividades de administração e gerência no contrato social ou estatuto da empresa, quer por procuração com firma reconhecida em Cartório, subscrita por pessoa detentora de tais poderes), portador do RG \_\_\_\_\_, cadastrado no CPF sob número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, DECLARA que se responsabiliza pela autenticidade e procedência dos produtos aplicados nos Serviços.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante legal**

*f*



(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)

## ANEXO XIV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA (Item 8.5.3)

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), portador do RG. \_\_\_\_\_, representante legal (ou credenciado) da empresa \_\_\_\_\_ (razão social da empresa), inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins:

- A empresa \_\_\_\_\_, disponibilizará a Conta Bancária n.º \_\_\_\_\_, Agência n.º \_\_\_\_\_, no Banco \_\_\_\_\_, para recebimento dos pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Fernão.

- A empresa \_\_\_\_\_, disponibilizará como meios de comunicação o (s) e-mail (s): \_\_\_\_\_, e telefone(s) e/ou fax: \_\_\_\_\_, para recebimento de quaisquer outras comunicações necessárias.

Desde já, DECLARAMOS ainda que quaisquer alterações (Conta bancária, telefones, e-mails, endereço, Razão Social, Quadro de Sócios, alterações na junta comercial, etc) ocorridas durante a vigência do contrato, serão comunicadas esta Prefeitura, no prazo máximo de 07 (sete) dias, para que não haja futuros transtornos.

Data e assinatura do representante legal da empresa.

(PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO COM DADOS DA EMPRESA)